

ESCOLA E INCLUSÃO: A PERMANÊNCIA DE UM ALUNO COM NECESSIDADES ESPECIAIS, PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CLASSE COMUM

Autor: Edna Menezes Nascimento Ferreira;

Orientadora: Cristina Lúcia Maia Coelho

Professora da Rede Municipal do Rio de Janeiro. Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense, Brasil. ednaferreira@rioeduca.net

Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Professora do Curso de Mestrado Profissionalizante de Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense, Brasil. crismaia84@gmail.com

INTRODUÇÃO

A rotina de um diretor escolar demanda a inclusão de alunos com Necessidades Especiais em turma comum. Como diretora escolar nos anos de 2012 a 2016 na rede municipal de Ensino do Rio de Janeiro, reconheço que poderia ter realizado tal tarefa de forma mais eficaz, se tivesse os conhecimentos da temática da inclusão Escolar que adquirei por meio deste estudo emblemático.

Esta pesquisa tem como ponto de partida a preocupação de uma professora da rede municipal de Ensino do Rio de Janeiro, em busca da melhoria no Atendimento Educacional Especializado (AEE) direcionado aos alunos da Educação Especial.

O objetivo deste estudo é descrever o percurso escolar de um aluno com Necessidades especiais (NE), Público Alvo da Educação Especial (PAEE) em turma comum de uma escola municipal, selecionado por apresentar maior período de vínculo ativo na mesma escola municipal, nos anos de 2012 a 2016.

Retratamos um período da vida escolar deste aluno, com fins de identificar os resultados deste percurso escolar relacionando grupamento à idade cronológica do aluno.

Trata-se de um recorte de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, em andamento no Curso Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense em Niterói no estado do Rio de Janeiro – Brasil, cadastrada e aprovada na Plataforma Brasil. Por considerar o período que atuei como diretora escolar da escola selecionada, trata-se de uma pesquisa participante.

METODOLOGIA

A definição do referencial teórico por meio da pesquisa nas bases de dados baseada nas palavras chaves: Alunos com necessidades especiais, inclusão escolar, avaliação da aprendizagem escolar, Plano Educacional Individualizado (PEI).

Observação e análise de sites oficiais da Secretaria municipal de Educação do Rio de Janeiro e do Ministério da Educação e da legislação pertinente à temática e dos registros de frequência escolar do Sistema Geral Acadêmico (SGA) de uma Escola Municipal, com fins de identificar os alunos com Necessidades Especiais (NE) da Educação Especial (EE).

Identificação do aluno com Necessidades Especiais que apresentou maior período de permanência em turma comum e

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

investigação do seu histórico escolar ano a ano registrando os resultados obtidos em cada grupamento.

Elaboração de um quadro contendo, as informações do período de permanência do aluno selecionado na escola e análise com base na legislação vigente dos aspectos que refletem a inclusão escolar e idade cronológica do aluno.

RESULTADOS

Verificamos mediante a observação no site oficial da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro que o município possui 1.537 Unidades de Ensino municipal, para comportar seus alunos nas seguintes modalidades de Ensino e grupamentos:

- Educação Infantil (EI)
 - Creche (alunos de 0 até 3 anos e 11 meses de idade);
 - Pré-Escola (alunos de 4 a 5 anos e 11 meses de idade);
- Ensino Fundamental (EF) - alunos de 6 a 16 anos e 11 meses de idade
 - Primário - 1º segmento (alunos do 1º ao 6º ano escolar);
 - Ginásio – 2º segmento (alunos do 7º ao 9º ano escolar)
- Educação Especial (EE) – Alunos com deficiência síndromes, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação;
- Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) - a partir de 17 anos de idade.

Diante da demanda de alunos deficientes na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, que somam 13.224 dos quais 8.900 encontram-se incluídos em turmas regulares, denominadas Classes Comuns e 4.324 encontram-se em turmas denominadas Classes Especiais. Limitamos o estudo aos alunos da Educação Especial incluídos em classe comum para selecionar na escola o aluno com maior frequência.

Observa-se que 8.900 da Educação Especial estão em turma comum e precisam ser acolhidos e valorizados no contexto escolar, com critérios de avaliação que contemplem as suas especificidades, minimizando a diferença entre idade biológico e os avanços de um grupamento ao posterior ou retenção no mesmo grupamento.

Demonstraremos na tabela 1 os avanços a cada ano de grupamento e idade do aluno selecionado:

Tabela 1

Avanços do aluno de grupamento e idade a cada ano de 2012 a 2016

Ano	Grupamento	Idade
2012	3º ano do Ensino Fundamental	10
2013	3º ano do Ensino Fundamental	11
2014	3º ano do Ensino Fundamental	12
2015	4º ano do Ensino Fundamental	13
2016	5º ano do Ensino Fundamental	14

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SGA

Para uma melhor compreensão da temática, observamos alguns marcos legais que direcionam políticas públicas na área da

Educação Especial (EE) no Brasil:

- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 4.024/61;

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

- a LDBEN 5.692/1971;
- a Constituição de 1988;
- a Lei 7.853/1989;
- a LDBEN 9.364/1996;
- Decreto 3.956/2001;
- Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva;
- Decreto 186 de 2008
- Lei 12.796/2013
- Lei Nº 13.005/2014
- Lei 13.146/2015
- Decreto 8.954/2017

DISCUSSÃO

Demonstramos no percurso escolar deste aluno a relação da sua etapa de ensino denominada grupamento, com o desenvolvimento humano que caracteriza mudança de idade a cada ano, independente do avanço de um grupamento ao posterior ou retenção no grupamento.

Podemos com base nos dados da tabela 1, identificar que o aluno ficou retido no mesmo grupamento durante 3 anos nesta escola, apesar do avanço na idade. A tabela 2 mostra o percurso em cada grupamento com idade de uma criança que não apresenta retenção no grupamento:

Tabela 2

Grupamento e idade sem considerar retenção no mesmo grupamento

Grupamento	Idade
Creche	0 a 3 anos
Pré-Escola	4 e 5 anos
1º ano do Ensino Fundamental	6 anos
2º ano do Ensino Fundamental	7 anos
3º ano do Ensino Fundamental	8 anos
4º ano do Ensino Fundamental	9 anos
5º ano do Ensino Fundamental	10 anos
6º ano do Ensino Fundamental	11 anos
7º ano do Ensino Fundamental	12 anos
8º ano do Ensino Fundamental	13 anos
9º ano do Ensino Fundamental	14 anos

Fonte: Elaboração própria

Podemos verificar que o aluno durante seu percurso escolar não estudou com alunos da mesma faixa etária, pois de 2012 a 2014 o aluno esteve enturmadado no 3º ano com crianças de no mínimo 8 anos de idade e como o aluno saiu do 3º ano com 12 anos, este convívio foi por 3 anos consecutivos.

CONCLUSÃO

Mantoan e Santos (2010) afirmam que a democratização da educação para todos só se valida nos sistemas educacionais que, de fato acolhem todos os alunos” (MANTOAN e SANTOS, 2010, p.9).

Como visto o PEI do aluno com Necessidades Especiais além de contemplar os objetivos de e demandas de sua deficiência, síndrome ou transtorno; deve também demandar as especificidades do grupamento de ensino, com fins de garantir avanço no grupamento.

A escola deve proporcionar a todos os alunos conhecimento e experiências marcantes, driblando as diferenças numa perspectiva inclusiva, adaptando-se às necessidades individuais de cada aluno. Esta premissa nos motiva a dar continuidade nos estudos nesta área, para que possamos valorizar uma escolarização para os alunos com Necessidade especiais que reflita avanços no grupamento de Ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Presidência da Republica – Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos.

_____, Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

LIMA, Elvira de Souza: Quando a criança não aprende a ler e a escrever. São Paulo: Sobradinho, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Egler; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos: Atendimento Educacional Especializado: Políticas públicas e gestão nos municípios. 1 ed. – São Paulo Moderna, 2010.

MAZZOTA, Marcos J.S.; D’ANTINO Maria E. Famá. Inclusão Social de pessoas com deficiência e Necessidades especiais: Cultura, educação e lazer. Saúde Soc. São Paulo, v.20, n. 2, p. 377-389, 2011.

VIOTTO FILHO, Irineu A. Tuim; PONCE, Rosiane de Fátima; ALMEIDA, Sandro Henrique Vieira de. As compreensões do humano para Skinner, Piaget, Vygotski e Wallon: pequena introdução às teorias e suas implicações na escola. Psicol. educ., São Paulo , n. 29, p. 27-55, dez. 2009. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.Org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9752009000200003 . Acesso em 07/06/2017.

VYGOTSKY, L.S.;LÚRIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 14º edição. São Paulo: Editora Ícone, 2016. Disponível em: < [http://www.iconeeditora.com.br/pdf/576694586LINGUAGEM,%20DESENVOLVIMENTO\(ML\)14ed_PAGINAS.pdf](http://www.iconeeditora.com.br/pdf/576694586LINGUAGEM,%20DESENVOLVIMENTO(ML)14ed_PAGINAS.pdf)> Acesso em 28 de fev. de 2018.